

# Minha língua, sua pátria: Breve reflexão sobre os impactos do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa no mito da Lusofonia

Anne Ventura

University of Aveiro/University of Minho

## RESUMO:

A ideia de posse da língua portuguesa enquanto património imaterial identitário é parte integrante do mito da lusofonia. Com o pressuposto de que a língua confunde-se com a nação, enquanto comunidade imaginada, interessa-nos compreender os impactos sofridos pelos portugueses em decorrência do Acordo da Língua Portuguesa que entrou em vigor em janeiro de 2009. Para tal, adotaremos a perspectiva da Psicanálise Mítica, de Eduardo Lourenço, no intuito de pensar se há e porque há uma ferida no imaginário do falante de nacionalidade portuguesa como consequência direta deste acordo.

## ABSTRACT:

The idea of ownership of the Portuguese Language as an intangible heritage of identity is an integrant part of the myth of the “lusofonia”. Based in the assumption that language is confused with nation, while imagined community, this article concerns the impacts suffered by Portuguese in result of the recent Agreement of the Portuguese Language that entered in vigor in January of 2009. As so, we will adopt the perspective of the Mythical Psychoanalysis, from Eduardo Lourenço, with the intention to think if there is, and why there is, a wound in the imaginary of the portuguese nationality speaker, as a direct consequence of this agreement.

---

## 1. A Nação como Mito; ou O Engenho das Identidades Culturais Nacionais

O mito – palavra de muitos, mas relacionados, significados – é fundamentalmente uma narrativa cujos personagens sobrenaturais encenam valores e crenças de um grupo social específico (Edgar/Peter, 2003: 214). Saber fundamental, o mito mente a verdade, encobre a meio pano aquilo que quer mostrar. Por sua natureza de encenação, pode servir à tarefa oblíqua de explicar a génese do mundo, de um povo, um valor moral, um lugar, etc. Justamente por assumirem este papel simbólico, os mitos tornaram-se fonte

de reflexão para diversas áreas do saber que se interessam por explicar o mundo, o homem e suas comunidades. Para a psicanálise eles carregam o não-dito inconsciente; para a antropologia cultural, servem ao propósito de integrar e fortalecer a sociedade; para a sociologia durkheimiana, expressam a consciência coletiva; para a antropologia estruturalista de Lévi-Strauss, são sistemas de signos; e, por último, mas em harmonia continuada com Strauss, deparamo-nos com a abordagem semiológica das mitologias de Barthes, para quem “o mito é uma fala [...] um modo de significação, uma forma” (Barthes, 2007: 261). Muitos caminhos, pois, trouxeram os mitos para as mãos dos que hoje se intitulam estudiosos da cultura e todos contribuem para a ampla e complexa compreensão que temos deles.

Uma comunidade é sempre imaginada (Anderson, 2008), contudo esta não é uma equação simples. Portugal é aquilo que os portugueses imaginam; entretanto é mais, pois é também o que os seus outros imaginam ser, bem como o que os portugueses imaginam disto, e assim por diante. É principalmente nos desajustes desses labirintos espelhados que a comunidade mais verdadeiramente se desenha. Mas uma nação é coisa muito mais específica do que uma simples comunidade. É mais, inclusive, do que a ideia de pátria<sup>1</sup>. Segundo Anne-Marie Thiesse, as nações têm uma dupla natureza: política e cultural. É preciso haver nesta comunidade elementos de uma identidade nacional semelhante, fundamentos que compõem aquilo que se compreende por nação; um património cultural, noutras palavras, composto por “ancestrais fundadores, uma história multissecular e contínua estabelecendo a ligação entre as origens e o presente, *uma língua*, heróis, monumentos culturais, monumentos históricos, lugares da memória, tradições populares, paisagens emblemáticas” (THIESSE, 2000:15). Esses elementos são, como prova o Séc. XIX, manipuláveis, daí o carácter político da cultura compartilhada que dá forma à nação moderna. Como disse Anderson a respeito da condição nacional e do nacionalismo:

[...] depois de criados, esses produtos se tornaram "modulares", capazes de serem transplantados com diversos graus de autoconsciência para uma grande variedade de terrenos sociais, para se incorporarem e serem incorporados a uma variedade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas (Anderson, 2008: 30)

Mas as nações modernas transformam-se, como se transformou a própria Modernidade. Deparamos, hoje, com o fenómeno do descentramento do sujeito na pós-modernidade, o que afeta as nossas identidades nacionais. Stuart Hall analisa o impacto desse descentramento do sujeito moderno para as identidades culturais nacionais (Hall, 2001). Alguns aspectos das nações abordados pelo autor merecem a nossa atenção. Em primeiro lugar, Hall compreende que uma nação moderna será sempre híbrida culturalmente, apenas aparentando através dos seus dispositivos discursivos um sentido de unidade. Destarte, uma identidade nacional é aquilo que acreditamos sê-la, o que ela representa. A força, portanto, desse sentido também está a ser abalada pelo fenómeno da globalização, dando lugar a identidades nacionais diversas, fragmentadas,

aparentemente mais híbridas. Três fenômenos são observados por Hall em decorrência das transformações do mundo globalizado. Em primeiro lugar, “as identidades nacionais estão se desintegrando” (Hall, 2001: 69). Entretanto, apesar de parecer contraditório em primeira instância, pode-se observar um concomitante resgate dessas identidades nacionais, ou mesmo locais, como forma de resistência. Por último, “novas identidades – híbridas – estão surgindo” (Hall, 2001: 69). O autor acredita que a globalização não irá acabar de uma vez com as identidades nacionais; antes irá “produzir, simultaneamente, novas identificações ‘globais’ e novas identificações ‘locais’” (Hall, 2001: 78).

Deve-se também levar em conta o fato de a globalização não ser tão democrática como se poderia supor, carregando sua própria “geometria de poder”, ou, ainda, que se trata de um fenômeno que atinge principalmente o Ocidente. É claro que o “outro” do Ocidente, hoje mais do que nunca, sofre as influências culturais decorrentes dessa tendência globalizante ou ocidentalizante, no entanto também o Ocidente tem de lidar como nunca antes com a migração, a presença do outro enquanto parte integrante de si. Segundo o autor: “Esta formação de ‘enclaves’ étnicos minoritários no interior dos estados-nação do Ocidente levou a uma ‘pluralização’ de culturas nacionais e de identidades nacionais” (Hall, 2001: 83). Daí advém a “dialética das identidades”. Uma vez diluídas as fronteiras do mundo pós-moderno, a complexa articulação entre alteridade e identidade acaba por gerar identidades culturais móveis, herdeiras de diferentes tradições. Imaginar que o resultado disso seria uma grande identidade global unificadora seria ingenuidade. O que se observa cada vez mais é que a “tradução”, ou seja, a negociação entre as culturas em toque acaba por produzir “culturas híbridas”. Entretanto, na contracorrente da homogeneização global, podemos observar uma onda crescente de fundamentalismo, talvez uma tentativa de resgate do nacionalismo: “A reafirmação de ‘raízes’ culturais e o retorno à ortodoxia têm sido, desde há muito, uma das mais poderosas fontes de contra-identificação em muitas sociedades e regiões pós-coloniais e do Terceiro Mundo [...]” (Hall, 2001: 95). Por fim, a ideia de uma convergência de identidades rumo a uma única identidade universal, bem como do desaparecimento do nacionalismo ou mesmo do discurso étnico – tal como apregoada pelos marxistas ou liberalistas – dá cada vez mais lugar a um contraditório jogo de traduções que tem como consequências resgates e novas formulações identitárias híbridas. Descentramento do Ocidente? Eis o que sugere Hall.

Mas poderia Portugal ser encarado com o mesmo olhar que votamos às demais nações europeias? Boaventura de Souza Santos – no ensaio *Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade* – reflete acerca do colonialismo português – seus discursos, práticas e a influência que exerceu e ainda exerce nas sociedades que dele fizeram parte. Para tal, parte de alguns pressupostos principais. Em primeiro lugar, Portugal foi um país semiperiférico dentro do mundo capitalista, e como tal nunca viveu do mesmo modo que os países centrais o Estado moderno. Esta condição tanto se reproduziu no sistema colonial português, como no modo como Portugal hoje se insere dentro da União Europeia. Leve-se também em consideração que

o autor alerta para um país cuja cultura é ela mesma fronteira. Também Holanda é desta opinião, quando afirma que Portugal e Espanha funcionaram como “territórios-ponte” entre o novo mundo e uma Europa mais europeia, porque central (Holanda, 1995: 31).

A marginalidade lusitana está para o sistema colonial britânico, este enquanto centro tanto de práticas quanto de discursos normativos. É dele que o colonialismo português se distingue porque depende, assumindo o papel de periferia. Isso, por consequência, traz um duplo problema de autorrepresentação para o colonizado português, pois se trata, então, do colonizado do colonizado. Eis porque, como nos explica Santos, um problema de ordem principalmente econômica e política se disseminará sobre todas as outras instâncias da sociedade, ou mais especificamente na cultura.

Essa diferença do colonialismo português reflete-se, por sua vez, no pós-colonialismo. Um exemplo disso é a ambivalência e a hibridez já vivenciadas durante o período colonial no espaço de língua oficial portuguesa, o que se trata de um contraponto ao pós-colonialismo anglo-saxão. E por isso, como alerta Santos, “O pós-colonialismo em língua oficial portuguesa tem de centrar-se bem mais na crítica da ambivalência do que na reivindicação desta, e a crítica residirá em fazer distinção entre formas de ambivalência e hibridação que efetivamente dão voz ao subalterno (as hibridações emancipatórias) e aquelas que usam a voz do subalterno para silenciá-lo (hibridações reacionárias)” (Santos, 2002: 17). Tal ambivalência estende-se à questão racial, porque neste espaço do colonialismo português a miscigenação é, ao contrário do que em outros colonialismos, uma realidade, não um limite. O que não significa uma ausência do racismo, mas uma diferença neste. É antes pela “penetração sexual convertida em penetração territorial e interpenetração racial” que o sexismo e o racismo difuso darão a base complexa de funcionamento da sociedade colonial portuguesa. Santos também aborda a duplicidade do colonizador colonizado, situando a identidade do colonizador português na conjunção de dois outros, o que o permitiu emigrar para suas próprias colônias, mais do que somente colonizá-las.

O colonialismo português regeu-se pelo “estigma de uma indecidibilidade”, o que revela um excesso de alteridade se feito um contraponto ao colonialismo hegemônico. É imprescindível que isso seja levado em conta ao se pensar num discurso do pós-colonialismo português. O autor realiza este compromisso ao analisar minuciosamente três “jogos de espelho”, breves reflexões sobre identidade e alteridade em diferentes contextos do colonialismo português: um Caliban na Europa; um próspero calibanizado; os momentos de Próspero. Primeiramente o autor tenta demonstrar que os portugueses serão muitas vezes descritos pelos viajantes europeus com a mesma carga – ora positiva ora negativa – dos estereótipos com os quais eles próprios descrevem os povos nativos da terra colonizada. Eis a dialética da representação demonstrada pelo autor com inúmeros exemplos: “Ao mesmo tempo que os portugueses proclamavam a miscigenação como um triunfo humanista ou um engenhoso expediente colonialista, a mesma miscigenação era-lhes inscrita na pele como um ônus pelo olhar do Próspero europeu.” (Santos, 2002: 27) No segundo jogo de espelhos, o autor defende a hipótese

de que Portugal mais seria um proto-Caliban, o que se manifestou, dentre outras práticas, na cafrealização, ou mesmo na ausência do Estado colonial, no poder aparente. A miscigenação demonstra a porosidade das identidades portuguesas, entre Próspero e Caliban, fenómeno que encontra sua máxima figura no mulato. No terceiro jogo de espelhos, o autor analisa dois momentos históricos em que acredita que os portugueses assumiram o papel de Próspero: final do século XIX – a seguir à Conferência de Berlim – e o período que segue o 25 de Abril até a adesão de Portugal à União Europeia. No primeiro momento, como assinala, a miscigenação será repugnada, numa tentativa de Portugal assumir o lugar até então não ocupado por completo de colonizador civilizador. Essa polarização dicotómica entre o colonizador e o colonizado será sustentada por duas práticas principais: a antropologia colonial e o assimilacionismo. Entretanto, como aponta Santos, Portugal encontra dificuldades em romper com a interidentidade vivida até então, o que talvez seja a explicação para o fato de ter sido considerado tanto pelos próprios portugueses quanto pelos estrangeiros um Próspero incapaz: “Como uma maldição, o Caliban português persegue o Próspero português, segue-lhe os rastros, carnavalizando a sua postura como uma imitação rasca do que pretende ser.” (Santos, 2002: 56). No seu segundo momento de próspero, Portugal exerce o papel de descolonizador, tal como já havia ocorrido antes com outras potências coloniais. Trata-se, ainda, de um papel de Próspero, segundo defende o autor, apesar de já não haver Caliban. Isso devido à dependência mantida entre as ex-colónias e seu Próspero; em outros termos, o neocolonialismo. Contudo o neocolonialismo neste caso será inviabilizado pela própria falibilidade do colonialismo português, o que dará lugar antes a um colonialismo interno – como foi o caso do Brasil. Para concluir, o autor defende que só se pode falar de um pós-colonialismo no espaço de língua oficial portuguesa se situado dentro de sua peculiar condição. Para tal, deverão os estudiosos se ocupar principalmente das fraquezas do Próspero, mais especificamente orientados contra dois fenómenos: o colonialismo interno e a globalização hegemónica. Do que podemos concluir que o comprometimento de Santos é com uma postura anticolonialista, mais do que simplesmente pós-colonialista, alertando-nos, entretanto, para os perigos da ocultação proveniente deste carácter furtivo do Próspero calibanesco português.

Com um olhar outro, mas semelhantes preocupações, Eduardo Lourenço, no ensaio *Psicanálise Mítica do Destino Português*, marcou a forma como a história e as identidades portuguesas são hoje encaradas. Isso porque, grosso modo, Lourenço traz luz a um rosto que se revela máscara. Ao discorrer sobre o “irrealismo prodigioso da imagem que os portugueses fazem de si mesmos” que “reflete a estrutura de um comportamento nacional que a obra dos historiadores apenas generaliza e amplia” (Lourenço, 1988:16) o ensaísta apela para uma psicanálise do comportamento português frente ao mundo e a si mesmo, em busca de um rosto verdadeiro que possa reconciliar a identidade nacional com seu “ser profundo”. A cura psicanalítica que almeja alcançar se justifica por diversos momentos em que um trauma se revela; do frágil que se quer tido como grandioso. O carácter português, fruto desse “acto sem história”, será, assim, uma entrega à ficção sobre a nação lusitana, seu destino mítico, regalado às mãos de Deus;

ou, por outro lado, uma fuga constante do espelho que lhe revele sua “intrínseca fragilidade”. Como diz Lourenço:

Esta conjunção de um complexo de inferioridade e superioridade nunca foi despoletada como conviria ao longo da nossa vida histórica e, por isso, misteriosamente nos corrói como raiz que é da relação *irrealista* que mantemos connosco mesmos. Segundo as contingências da situação internacional ou mundial, aparece ao de cima um ou outro complexo, mas com mais constância os dois ao mesmo tempo, imagem inversa um do outro. (Lourenço, 1988: 17)

Destarte Portugal é uma pequena pátria que já nasce no desejo ser grande, tarefa nunca cumprida por completo, o que culminou numa cruel angústia: a de se entregar ao seu destino irrealista – ficção não só do futuro, mas de um passado distorcido. Dessa ficção *Os Lusíadas*, segundo o autor, seriam “a ficção” – relida e interpretada sempre dentro desse contexto, como prova irrevogável da superioridade portuguesa. Lourenço analisa diversos momentos da história portuguesa em que o traumatismo vem à tona, sempre seguido de um delírio da imagem que funciona como recalque, muitas vezes travestido de um nacionalismo místico (como o vácuo de sessenta anos na história do país, ou *o ultimatum*, “traumatismo resumo” do séc. XIX).

Não nos custa imaginar que este português desajustado com a imagem de si e entregue à utopia de um superego inflado psicanalisado miticamente por Eduardo Lourenço seja o mesmo Próspero calibanizado descrito por Boaventura de Souza Santos em constante conflito com seu lugar no mundo, seja frente às suas ex-colónias (que não têm por ele o respeito ou a dependência das ex-colónias inglesas), seja frente aos demais países da Comunidade Europeia, para quem continua a ser uma nação europeia um pouco desajustada, de frágil economia, isso tudo em contradição com o complexo de superioridade que o entrega ao sonho de grandeza e não lhe permite medir de maneira justa as possibilidades de um destino real e merecido.

## 2. A Ortografia em Desacordo com o Mito

O recente acordo ortográfico – ou antigo, tendo em vista que já há mais de 10 anos consta na lei – custou a Portugal o pretensível papel de senhorio da língua portuguesa, gerando imensas reações negativas nos falantes portugueses. Isso se revela em inúmeros discursos, alguns públicos, outros privados, que evidenciam um sentimento de perda no que tange à língua portuguesa enquanto património cultural nacional.

Não nos interessa defender ou repudiar as questões técnicas do acordo – principalmente porque este é já uma realidade com a qual nós, falantes da língua portuguesa, temos que lidar. Uma série de debates e publicações já deram conta de analisar as falhas e os acertos da última revisão da legislação ortográfica de nosso idioma. Interessam-nos, antes, as reações nas quais identificamos um comportamento traumático que, acreditamos, muito tem a ver com a “dificuldade de ser” portuguesa (Lourenço, 1988: 20).

Particularmente, dois aspectos das reações negativas portuguesas nos chamam a atenção: a ideia de perda de um património e a comparação de Portugal à Inglaterra. Dois aspectos da imagem que Portugal tem de si e que merecem uma reflexão cautelosa.

A edição virtual da Visão, de 20 de Setembro de 2009, dava conta, em um brevíssimo artigo, de uma declaração do escritor Miguel Souza Tavares à Lusa: “O acordo ortográfico é um acto colonial do Brasil sobre Portugal”. Nos comentários dos leitores da mesma matéria, ainda podemos encontrar o seguinte eco: “Afinal a lingua portuguesa é nossa, o Brasil tem é o sotaque. Nós é que fomos os colonizadores, nao o Brasil. Tem a Independencia que é muito bom, se quizerem outra lingua oficial, o problema é deles [*sic passim*]”. Tanto a primeira afirmação, do escritor consagrado, quanto o comentário exacerbado, do leitor anónimo, revelam uma dor portuguesa em relação à sua mais famígera ex-colónia como resultado deste último acordo ortográfico. Noutro veículo de comunicação (Diário de Notícias On-line, 2009) ainda encontramos, em artigo maior, um acréscimo da declaração de Tavares à Lusa: "O Brasil é o único país que recebeu a língua de fora e que impõe uma revisão da língua ao país matriz, como se os Estados Unidos impusessem um acordo ortográfico à Inglaterra". Segundo a opinião do escritor, o acordo ortográfico teria sido imposto pelo Brasil a Portugal, sem consulta à população portuguesa.

Obviamente não procede a afirmação de uma imposição do Brasil, uma vez que o acordo, como o nome já diz, foi assinado e em muito desejado pelos representantes do Governo português. O que talvez se justifique é o questionamento sobre os interesses económicos envolvidos no acordo, sua viabilidade, bem como a legitimidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, grande responsável pelo empenho em efetivar o acordo de 1990 e da qual Tavares é um crítico assumido. A acusação de uma preferência pela norma brasileira é consequência da opção pela fonética feita pelo acordo de 1990, que conduziu a uma reflexão sobre a quantidade de falantes e transformações ortográficas que violassem o menos possível o uso da língua. Segundo nota explicativa do acordo, as alterações atingem 1,6% da norma euro-afro-asiático-oceânica e 0,5% da norma brasileira. Portanto as modificações, apesar de em menor número, também estão a ser sentidas pelos brasileiros e é curioso que somente agora os portugueses, porque buscam na rede as novas regras, apercebam-se disso. Tamanho foi o drama do debate sobre o acordo que muitos portugueses chegaram mesmo a pensar que em nada mudaria a norma brasileira. E mais, a opção de uma legislação controlada pelo Estado sobre a ortografia da língua portuguesa foi uma escolha de Portugal, ainda no início do séc. XX. Isso inviabiliza, desde já, essa tentativa de comparação entre

Portugal e o grande Próspero, a Inglaterra, uma vez que a língua inglesa não possui um conjunto de normas instituídas por lei. Além disso, como explica Carlos Reis:

Ouçó dizer: o Inglês não tem acordo ortográfico e passa muito bem sem ele. Omite-se aqui que as oscilações ortográficas em Inglês (que, aliás, estão dicionarizadas) são muito reduzidas e também que, nele, a relação entre grafia e pronúncia é muito mais convencionada do que em Português; e falta aprofundar um pouco a questão, para chegarmos a uma resposta óbvia: o Inglês não tem acordo ortográfico, porque simplesmente não precisa dele. E não precisa porque o seu esmagador poder linguístico é sobretudo um efeito de outros poderes que arrastam e praticamente impõem aquele poder linguístico: o poder político, o poder económico, o poder tecnológico, o poder cultural, etc. Numa palavra: o poder. (Reis, 2008)

Deve-se também ter em conta a diferenciação entre língua e ortografia, para que não se incorra no erro de imaginar que um acordo ortográfico suprime a diversidade que a língua, em sua latência de vida, está sempre a criar. Lourenço se refere à língua portuguesa no Brasil como um “português-outro”. O princípio da variação linguística daria conta de que mesmo dentro de Portugal a língua portuguesa é enriquecida com alteridades vivas, criando, assim, uma identidade híbrida da língua, o que também vale para os demais países e comunidades onde habita (ou que habita) a língua portuguesa – sejam membros da CPLP ou não. “A língua é uma manifestação da vida e com ela em perpétua metamorfose”. (Lourenço, 2004:122)

Há quem defenda que não é preciso legislar a ortografia de nosso idioma, mas isso significa dar impulso ao processo de transformação já em curso que nos levará para um futuro de línguas distintas. Podemos encarar, então, o acordo ortográfico como uma política linguística que está a tentar dar fim, ao menos temporariamente, à confusão causada no cenário internacional pela dupla ortografia da língua portuguesa. Como disse Fiorin: “É impossível uniformizar a língua. Repetimos, o que se pode e se quer tornar uma é a ortografia”(Fiorin, 2009: 13). Tendo isso em conta, talvez a melhor das decisões do acordo ortográfico de 1990 seja a dupla grafia que respeita as diferenças de cada uma das comunidades lusófonas, demonstrando assim uma preocupação em harmonizar, ou traduzir, até mais do que reformar, a língua.

Portanto acreditamos que há, em tais afirmações desfavoráveis ao acordo, indícios de um discurso submerso a ser observado. O que se perde, neste sentimento exposto nas resistências portuguesas ao acordo, não é a língua em seu aspecto mais objectivo, e, sim, o mito: a língua portuguesa enquanto divindade linguística que legitima o reino imaginário da lusofonia.

Muitos defendem a recusa do acordo como uma dificuldade de cognição, portanto comportamental, em transformar a ortografia aprendida na infância. Mas esse argumento omite um importante fator de repúdio ao acordo: a identidade cultural. Ocorre que a lusofonia, apesar de não passar muito de um sonho que se tenta realizar há



bastante tempo, está intrinsecamente relacionada com as identidades culturais portuguesas. E é justamente a lusofonia – defendida pelos chamados “acordistas” – a culpada pela recusa ressentida ao acordo ortográfico que privilegia algumas regras ortográficas anteriormente adotadas pelo Brasil.

A Portugal sempre lhe custou admitir a independência cultural construída pelo Brasil ao longo, principalmente, do século XX. Como disse Lourenço, “Contam-se pelos dedos de uma só mão os portugueses que sabem até que ponto o Brasil é um país para quem Portugal é um ponto vago num mapa maior chamado Europa (...)”(Lourenço, 2004: 135). Recalque lusitano do recalque brasileiro, isso corrobora com a ideia de posse ou domínio da língua frente aos demais países que têm o português como língua oficial, um exemplo de “irrealismo prodigioso”, uma vez que a cisão entre as ortografias brasileira e portuguesa já completaria seu primeiro centenário.

Todo mito mente uma verdade e a lusofonia pode ser considerada um mito devido ao seguinte pressuposto: sua real substância revela um discurso submerso, algo do inconsciente coletivo que diz respeito à imagem da nação portuguesa. Em primeiro lugar, a lusofonia existe quase exclusivamente no imaginário português – bem como de alguns poucos intelectuais dispersos pelo mundo. O Brasil, por exemplo, nunca viveu verdadeiramente a lusofonia – apesar do desconhecimento disso por grande parte da população portuguesa – e isso tem uma explicação bastante clara. Desde a independência do Brasil, a única maneira que este país encontrou para formar sua nação imaginada foi o afastamento de sua ex-metrópole; a língua, neste caso, apesar de continuar obviamente a mesma, assumiu, desde então, uma diferenciação desejada – basta resgatarmos aqui os movimentos que a literatura brasileira (no Romantismo e no Modernismo) fará em busca de sua identidade nacional:

Na lenta maturação da nossa personalidade nacional, a princípio não nos destacávamos espiritualmente dos nossos pais portugueses. Mas, à medida que fomos tomando consciência da nossa diversidade, a eles nos opusemos, num esforço de auto-afirmação, enquanto, do seu lado, eles nos opunham certos excessos de autoridade ou desprezo, como quem sofre ressentimento ao ver afirmar-se com autonomia um fruto seu. (Candido, 2006: 117)

Se para o imaginário português o Brasil era uma continuidade de si, para o Brasil Portugal era o grande outro. Junte-se a isso a decisão portuguesa de promover uma reforma ortográfica em 1911 – a primeira delas – à revelia dos brasileiros e está erguida a base do desencontro entre as ortografias que irá se agravar ao longo do séc. XX.

A crítica mais incisiva à lusofonia acusa-a de nunca ter sido o projecto de uma democrática comunidade que partilhasse da língua portuguesa, mas um devaneio do “quinto império” lusitano, que, tendo já perdido todas as outras formas de dominação sobre as ex-colónias, enxergou na língua sua última bandeira. O mito aqui se constrói, maioritariamente, pelas mãos portuguesas.

Se por um lado o sonho lusitano é o que lhe confere encanto, por outro é o que o mantém encantado, adormecido para um destino verdadeiro e até mesmo próspero. Nem Portugal, nem outro país qualquer, pode intitular-se senhorio da língua portuguesa, uma vez que a língua, essa “chama plural”, como disse Lourenço, é património cultural de todos os seus falantes. E por isso a lusofonia deve ser repensada de modo a que não se apresente como uma política de neo-colonialismo, seja por parte de um neo-imperialismo português, seja por parte de um novo colonialismo brasileiro – tendo em conta o poder político e económico dessas duas potências frente aos demais países da CPLP.

Segundo Thiesse, a língua de uma nação deve servir a todos os seus falantes, sem excessão. “Nela, também, deve a nação encarnar-se e celebrar-se”. Mas se as nações agora se modificam, tornando-se mais híbridas e agrupando-se em novas comunidades imaginadas, transnacionais, então a língua compartilhada por essas nações híbridas deve fraternalmente traduzir as recentes negociações culturais, sempre com atenção aos perigos de repetir os mesmos erros do passado e ser utilizada como elemento de dominação cultural – as tais “hibridações reaccionárias” mencionadas por Santos. É preciso, portanto, que todos os países lusófonos – e não apenas Brasil e Portugal – tenham direito à voz no que tange à legislação ortográfica da língua, bem como dentro da CPLP.

É impossível abrir mão de todos os mitos que nos constroem enquanto sujeitos de comunidades imaginadas. Devemos, por isso, encarar a lusofonia com olhos de ver, repensando com objectividade o alcance desta. Há que se levar em conta, por exemplo, que os países que a compõem encontram em outras comunidades transnacionais entraves reais para a utopia de um reino encantado da língua portuguesa.

Não temos dúvidas de que o fortalecimento da língua portuguesa no mundo globalizado dará mais voz, principalmente, às comunidades mais frágeis que participam da CPLP – e este já seria, na nossa opinião, argumento suficientemente forte para a aposta na última reforma. Entretanto a única ação que consideramos verdadeiramente eficaz para uma lusofonia do possível é o aprofundamento das relações culturais entre os países lusófonos, o que exige uma séria reflexão, ou psicanálise – aludindo à ideia de Lourenço –, da imagem que fazem de si e entre si.

Como construir os nossos mitos e de que maneira nos aproximarmos daquilo que sonhamos, heis o desafio que requer, ainda, um esforço extra: o de compreendermos ou negociarmos os sonhos uns dos outros.

#### REFERÊNCIAS:

Anderson, Benedict, (2008): *Comunidades Imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo, São Paulo, Companhia das Letras.

- Candido, Antonio, (2006): "Literatura e Cultura: de 1900 a 1945" in Candido, Antonio: *Literatura e Sociedade*, Rio de Janeiro, Ouro sobre azul.
- Diário de Notícias On-line, (2008): *Miguel Sousa Tavares: Acordo Ortográfico é "acto colonial"* Url: [http://dn.sapo.pt/2008/05/31/artes/dossier\\_contra\\_acordo\\_entregue\\_segun.html](http://dn.sapo.pt/2008/05/31/artes/dossier_contra_acordo_entregue_segun.html), último acesso a: 19-04-2011.
- Edgar, Andrew/Sedgwick, Peter, (2003): *Teoria Cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo*, Trad. Marcelo Rollemberg, São Paulo, Contexto.
- Fiorin, José Luiz. (2009) *O acordo ortográfico: uma questão de política linguística*, Juiz de Fora, Veredas on-line Atemática – 1/09. P. 07-19, Url: <http://www.revistaveredas.ufjf.br/volumes/24/artigo01.pdf>. Último acesso a: 19-04-2011.
- Hall, Stuart, (2001), *A identidade cultural na pós-modernidade*, trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, Rio de Janeiro, DP&A editora.
- Holanda, Sérgio Buarque de, (1995): *Raízes do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Lourenço, Eduardo, (2004): *A Nau de Ícaro* seguido de *Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva.
- \_\_\_\_ (1988): *O Labirinto da Saudade: psicanálise mítica do destino português*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Mazurechen, Sandro Roberto/ Thimoteo, Natália Gomes, (2008): *Asas de cera, línguas de fogo: a lusofonia em cheque*. Unicentro – Revista eletrônica *Lato Sensu*. Url: [http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista\\_Pos/P%C3%A1ginas/4%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Lingua/PDF/6-Ed4\\_LL-AsasCer.pdf](http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista_Pos/P%C3%A1ginas/4%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Lingua/PDF/6-Ed4_LL-AsasCer.pdf) último acesso a: 05-04-2011.
- Reis, Carlos, (2008): *Acordo Ortográfico: para além de Portugal*, Url: <http://ciberduvidas.sapo.pt/articles.php?rid=1674> último acesso a:19-04-2011.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002): "Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade", in Ramalho, Maria Irene e Ribeiro, António Sousa (org.), *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Thiesse, Anne-Marie, (2000): *A criação cultural das identidades nacionais na Europa*. Trad. Sérgio A. Souza. Url: <http://pt.scribd.com/doc/44700319/2-Anne-Marie-Thiesse-A-Criacao-Cultural-Das-Identidades-Nacionais-Na-Europa-Www-gtehc-pro-Br> último acesso a: 19-04-2011.

Visão On-line, (2009): *Acordo Ortográfico é "acto colonial" do Brasil, diz Miguel Sousa Tavares*, Url: <http://aeiou.visao.pt/acordo-ortografico-e-acto-colonial-do-brasil-diz-miguel-sousa-tavares=f529841>

---

<sup>i</sup> Daí porque é um equívoco recorrente a utilização da frase pessoana “A minha pátria é a Língua Portuguesa” como ilustração de um qualquer nacionalismo ligado à língua. Sobre isso argumenta Eduardo Lourenço no ensaio *Da língua como pátria* (LOURENÇO, 2004, p.125).